Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

Proventos em Dinheiro 2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 3

Balanço Patrimonial Passivo 4

Demonstração do Resultado 5

Demonstração do Resultado Abrangente 6

Demonstração do Fluxo de Caixa 7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020 8

DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019 9

Demonstração do Valor Adicionado 10

Comentário do Desempenho 11

Notas Explicativas 16

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva 36

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 38

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 39

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	262.452
Preferenciais	0
Total	262.452
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	28/05/2020	Dividendo	28/05/2020	Ordinária		0,22214
Reunião do Conselho de Administração	29/06/2020	Dividendo	29/06/2020	Ordinária		0,08383

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
1	Ativo Total	1.881.321	1.936.588
1.01	Ativo Circulante	91.409	156.933
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	29.538	88.067
1.01.02	Aplicações Financeiras	274	6.474
1.01.03	Contas a Receber	52.353	56.038
1.01.03.01	Clientes	52.302	55.875
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	51	163
1.01.03.02.01	Partes Relacionadas	51	163
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.389	712
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.389	712
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.217	1.586
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	4.638	4.056
1.01.08.03	Outros	4.638	4.056
1.02	Ativo Não Circulante	1.789.912	1.779.655
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	471.726	459.428
1.02.01.04	Contas a Receber	3.657	3.657
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	3.657	3.657
1.02.01.07	Tributos Diferidos	21.622	17.149
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	21.622	17.149
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	446.447	438.622
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	76.346	75.283
1.02.01.10.04	Debêntures a receber - Partes relacionadas	370.101	363.339
1.02.03	Imobilizado	16.120	15.991
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	16.120	15.991
1.02.04	Intangível	1.302.066	1.304.236
1.02.04.01	Intangíveis	1.302.066	1.304.236

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2	Passivo Total	1.881.321	1.936.588
2.01	Passivo Circulante	229.353	254.005
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.958	5.136
2.01.01.01	Obrigações Sociais	5.958	5.136
2.01.02	Fornecedores	3.821	11.247
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	3.821	11.247
2.01.03	Obrigações Fiscais	17.641	11.094
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	17.641	11.094
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições a recolher	17.641	11.094
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	9.146	175.044
2.01.04.02	Debêntures	5.857	174.684
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	3.289	360
2.01.05	Outras Obrigações	143.524	18.841
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	10.028	12.863
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	6.529	5.889
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	3.499	6.974
2.01.05.02	Outros	133.496	5.978
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	127.192	2.873
2.01.05.02.04	Obrigações com Poder Concedente	1.123	1.507
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	5.181	1.598
2.01.06	Provisões	49.263	32.643
2.01.06.02	Outras Provisões	49.263	32.643
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção	33.205	23.442
2.01.06.02.05	Provisão para imposto de renda e contribuição social	16.058	9.201
2.02	Passivo Não Circulante	1.134.738	1.122.133
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	980.173	971.499
2.02.01.02	Debêntures	978.232	971.257
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	1.941	242
2.02.02	Outras Obrigações	9.983	10.198
2.02.02.02	Outros	9.983	10.198
2.02.02.02.03	Outras contas a pagar	9.983	10.198
2.02.04	Provisões	144.582	140.436
2.02.04.02	Outras Provisões	144.582	140.436
2.02.04.02.04	Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	79.310	76.945
2.02.04.02.05	Provisão para Manutenção	65.272	63.491
2.03	Patrimônio Líquido	517.230	560.450
2.03.01	Capital Social Realizado	302.547	302.547
2.03.01.01	Subscrito	314.052	314.052
2.03.01.02	A Integralizar	-11.505	-11.505
2.03.02	Reservas de Capital	491	491
2.03.02.07	Plano de Opção com Base em Ações	491	491
2.03.04	Reservas de Lucros	60.509	257.412
2.03.04.01	Reserva Legal	60.509	60.509
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	0	196.903
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	153.683	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019	DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	212.409	488.149	257.685	536.546
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-86.833	-188.447	-119.670	-234.156
3.03	Resultado Bruto	125.576	299.702	138.015	302.390
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-14.941	-32.561	-11.265	-20.360
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-14.938	-32.570	-12.805	-21.900
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-3	9	1.540	1.540
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	110.635	267.141	126.750	282.030
3.06	Resultado Financeiro	133	-25.528	-23.146	-46.358
3.06.01	Receitas Financeiras	13.187	22.698	9.987	19.398
3.06.02	Despesas Financeiras	-13.054	-48.226	-33.133	-65.756
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	110.768	241.613	103.604	235.672
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-36.033	-78.851	-33.210	-75.915
3.08.01	Corrente	-38.387	-83.324	-36.164	-82.075
3.08.02	Diferido	2.354	4.473	2.954	6.160
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	74.735	162.762	70.394	159.757
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	74.735	162.762	70.394	159.757
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,27640	0,60196	0,26035	0,59085

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019	DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	74.735	162.762	70.394	159.757
4.03	Resultado Abrangente do Período	74.735	162.762	70.394	159.757

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	262.718	284.449
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	350.467	391.435
6.01.01.01	Lucro Líquido	162.762	159.757
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	61.157	71.307
6.01.01.03	Perda/Baixa do ativo imobilizado e intangível	728	16
6.01.01.04	Juros ativos - debêntures privadas	-6.762	-11.094
6.01.01.05	Encargos financeiros e variação monetária sobre debêntures e arrendamentos a pagar	32.172	57.280
6.01.01.07	Provisão para perdas cíveis, tributárias e trabalhistas	1.438	8.968
6.01.01.08	Atualização monetária de provisão para perdas cíveis, tributárias e trabalhistas	1.434	1.864
6.01.01.09	Tributos diferidos	-4.473	-6.160
6.01.01.11	Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	-576	235
6.01.01.13	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-978	-1.266
6.01.01.14	Provisão para manutenção e construção de obras futuras	13.004	18.048
6.01.01.15	Atualização monetária sobre provisão para manutenção e construção de obras futuras	3.501	4.349
6.01.01.16	Juros capitalizados	-3.456	-1.484
6.01.01.17	Obrigações com Poder Concedente	7.192	7.540
6.01.01.18	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	83.324	82.075
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-87.749	-106.986
6.01.02.01	Clientes	4.149	4.097
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-677	-2.533
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-1.631	-2.023
6.01.02.04	Outros créditos	-582	-334
6.01.02.05	Fornecedores	-7.426	-1.986
6.01.02.06	Obrigações sociais e trabalhistas	822	-316
6.01.02.07	Impostos, taxas e contribuições a recolher	6.547	-3.005
6.01.02.08	Partes relacionadas - fornecedores - contas a receber	-2.723	12.147
6.01.02.09	Outras contas a pagar	3.368	1.692
6.01.02.10	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-76.467	-90.731
6.01.02.11	Depósitos judiciais	-85	-6.118
6.01.02.12	Pagamento de perdas cíveis, tributárias e trabalhistas	-507	-1.316
6.01.02.13	Pagamento de Manutenção	-4.961	-8.686
6.01.02.14	Pagamento de obrigações com Poder Concedente	-7.576	-7.874
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-44.133	-82.319
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-1.954	-800
6.02.02	Aquisição de intangível	-48.379	-81.519
6.02.03	Aplicações financeiras	6.200	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-277.114	-195.850
6.03.04	Pagamento de debêntures e arrendamentos	-101.337	-141.992
6.03.06	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-81.663	-1.794
6.03.07	Juros pagos sobre debentures e arrendamentos	-94.114	-52.064
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-58.529	6.280
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	88.067	173.353
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	29.538	179.633

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	302.547	491	257.412	0	0	560.450
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	302.547	491	257.412	0	0	560.450
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-196.903	-9.079	0	-205.982
5.04.06	Dividendos	0	0	-196.903	0	0	-196.903
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-9.079	0	-9.079
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	162.762	0	162.762
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	162.762	0	162.762
5.07	Saldos Finais	302.547	491	60.509	153.683	0	517.230

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	302.547	491	145.965	0	0	449.003
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	302.547	491	145.965	0	0	449.003
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-11.960	0	-11.960
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-11.960	0	-11.960
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	159.757	0	159.757
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	159.757	0	159.757
5.07	Saldos Finais	302.547	491	145.965	147.797	0	596.800

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019
7.01	Receitas	529.909	579.847
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	454.233	479.204
7.01.02	Outras Receitas	25.162	21.919
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	50.514	78.724
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-141.160	-162.820
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-112.721	-147.906
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-28.439	-14.914
7.03	Valor Adicionado Bruto	388.749	417.027
7.04	Retenções	-61.619	-71.307
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-61.157	-71.307
7.04.02	Outras	-462	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	327.130	345.720
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	22.698	20.882
7.06.02	Receitas Financeiras	22.698	20.882
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	349.828	366.602
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	349.828	366.602
7.08.01	Pessoal	18.306	20.112
7.08.01.01	Remuneração Direta	13.091	15.179
7.08.01.02	Benefícios	4.436	3.939
7.08.01.03	F.G.T.S.	779	994
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	120.140	119.157
7.08.02.01	Federais	96.349	94.262
7.08.02.03	Municipais	23.791	24.895
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	48.620	67.576
7.08.03.01	Juros	19.523	24.959
7.08.03.02	Aluguéis	394	336
7.08.03.03	Outras	28.703	42.281
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	162.762	159.757
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	9.079	11.960
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	153.683	147.797

Comentário do Desempenho

Ecovias dos Imigrantes anuncia os resultados do 2T20

São Bernardo do Campo, 29 de julho de 2020 – A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. anuncia seus resultados referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2020 (2T20) e ao semestre findo em 30 de junho de 2020 (1S20). As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as normas e pronunciamentos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao trimestre findo em 30 de junho de 2019 (2T19) e ao semestre findo em 30 de junho de 2019 (1S19).

* Os somatórios podem divergir devido a arredondamentos.

Destaques operacionais e financeiros

- ✓ O volume de tráfego atingiu 10.957 mil veículos equivalentes pagantes no 2T20.
- ✓ A receita líquida atingiu R$212,4 milhões no 2T20. A receita líquida pró-forma (excluindo a receita de construção) totalizou R$191,3 milhões no 2T20.
- ✓ O EBITDA pró-forma[2] totalizou R$146,3 milhões no 2T20 e a margem EBITDA pró-forma[2], 76,4%.

Destaques (em milhões de R$)	2T20	2T19	Var.	1S20	1S19	Var.
Volume de tráfego[1]	10.957	14.115	-22,4%	26.084	30.017	-13,1%
Tarifa Média (R$)	17,98	15,70	14,5%	17,41	15,96	9,0%
Receita líquida	212,4	257,7	-17,6%	488,1	536,5	-9,0%
EBITDA Pró-forma[2]	146,3	171,9	-14,9%	341,3	371,4	-8,1%
Margem EBITDA Pró-forma[2]	76,4%	81,0%	-4,6 p.p.	78,0%	81,1%	-3,1 p.p.
Capex	24,8	50,3	-50,7%	58,8	92,5	-36,5%

[1] Em milhares de veículos equivalentes pagantes.
[2] Exclui receita e custo de construção e provisão para manutenção.

Companhia

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Ecovias dos Imigrantes" ou "Companhia") opera o Sistema Anchieta-Imigrantes, que liga a região metropolitana de São Paulo ao Porto de Santos, o maior da América Latina, o Polo Petroquímico de Cubatão, as indústrias do ABCD Paulista e a Baixada Santista. O contrato de concessão para administrar seus 176,8 quilômetros de extensão, com movimento anual superior a 60 milhões de veículos equivalentes pagantes, foi firmado em 1998, com o Estado de São Paulo.

A ligação da maior cidade do País com a região turística da Baixada Santista constitui-se também no mais importante corredor de importação/exportação da América Latina, de importância vital para a economia brasileira.

O sistema Anchieta-Imigrantes é formado pelas Rodovias Anchieta (SP-150), Imigrantes (SP-160), Padre Manoel da Nóbrega (SP-055), Cônego Domênico Rangoni (SP-248/055) e duas interligações entre a Anchieta e a Imigrantes, no Planalto Paulista (SP-041) e na Baixada Santista (SP-059).

A Ecovias dos Imigrantes foi a primeira concessionária de rodovias do mundo a obter o Certificado de Gestão Ambiental ISO 14001. Adicionalmente, a Ecorodovias possui sete concessões rodoviárias certificadas em gestão ambiental (ISO 14001), qualidade (ISO 9001) e saúde e segurança do trabalho (OHSAS 18001). As concessões que entraram em operação a partir de 2019 estão em processo de avaliação para as certificações.

A Ecovias conquistou pela primeira vez a certificação de Segurança Viária – ISO 39001 em junho de 2019 pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). A certificação atesta que a concessionária opera

Comentário do Desempenho

com excelência o Sistema Anchieta-Imigrantes e que é capaz de reduzir o número de acidentes nas estradas, bem como o número de feridos e vítimas fatais. A concessão é umas das primeiras concessionárias do Brasil a receber esse tipo de certificação, ainda recente no país.

Análise do resultado

Volume de tráfego

Volume de tráfego (veículos equivalentes pagantes x mil)	2T20	2T19	Var.	1S20	1S19	Var.
Leves	4.393	7.945	-44,7%	13.111	17.751	-26,1%
Pesados	6.564	6.170	6,4%	12.973	12.267	5,8%
Total	**10.957**	**14.115**	**-22,4%**	**26.084**	**30.017**	**-13,1%**

Nota: Veiculo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões, e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes apresentou redução de 22,4% no 2T20 impactado pela pandemia da Covid-19.

Veículos Leves – redução de 44,7% no 2T20, devido às medidas de isolamento social adotadas a partir da segunda quinzena de março.

Veículos Pesados – crescimento de 6,4% no 2T20 em função do aumento das exportações de soja em função da desvalorização cambial.

Tarifa média

Tarifa Média (em R$)	2T20	2T19	Var.	1S20	1S19	Var.
Ecovias dos Imigrantes	17,98	15,70	14,5%	17,41	15,96	9,0%

A tarifa média por veículo equivalente pagante apresentou aumento de 14,5% no 2T20, devido ao comportamento do tráfego de veículos pesados entre as praças de pedágio (Barreira, Bloqueio e Baixada), isto é, houve aumento da participação do tráfego na praça de Barreira, onde a tarifa é maior do que nas outras praças de pedágio (Bloqueio e Baixada) e devido ao reajuste das tarifas de pedágio em 4,7% em julho de 2019.

Em julho de 2019, foi aplicado o reajuste contratual pelo IPCA de 4,7%. No caso do reajuste contratual anual dessa concessão, será aplicado o menor dos índices entre o IGP-M e o IPCA e quando for aplicado o IPCA, a diferença entre os índices será apurada a cada dois anos e compensada através de extensão de prazo da concessão. Atualmente, a diferença acumulada na base tarifária até julho de 2020, considerando exclusivamente a substituição do IGP-M pelo IPCA e sem efeitos de arredondamento atingiu 10,9%, e será reequilibrada conforme previsões contidas no Termo Aditivo Modificativo assinado, com extensão do prazo da concessão.

Receita bruta

A receita bruta totalizou R$230,4 milhões no 2T20, redução de 17,1% devido, principalmente, a queda da receita de construção no período e diminuição de tráfego de veículos leves impactado pela pandemia da Covid-19.

Comentário do Desempenho

Receita Bruta (em milhões de R$)	2T20	2T19	Var.	1S20	1S19	Var.
Receitas de Pedágio	197,0	221,6	-11,1%	454,2	479,2	-5,2%
Receitas Acessórias	12,4	10,9	13,0%	25,2	21,9	14,8%
Receita de Construção	21,1	45,3	-53,5%	50,5	78,7	-35,8%
Total	**230,4**	**277,8**	**-17,1%**	**529,9**	**579,8**	**-8,6%**

- ✓ **Receitas de Pedágio –** redução de 11,1% devido, principalmente, ao impacto da pandemia do Covid-19 a partir da segunda quinzena do mês de março de 2020.
- ✓ **Receitas Acessórias –** aumento de 13,0% em função do aumento dos contratos com fibra ótica.
- ✓ **Receita de Construção** – redução de 53,5% devido, principalmente, ao menor volume de obras do aditivo contratual na entrada de Santos.

Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais reduziram 23,2% no 2T20 e totalizaram R$101,8 milhões. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção e depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R$45,1 milhões, aumento de 7,4% em relação ao 2T19.

Custos e despesas operacionais (em milhões de R$)	2T20	2T19	Var.	1S20	1S19	Var.
Pessoal	8,0	9,1	-11,9%	18,3	20,1	-9,0%
Conservação e manutenção	4,9	2,0	147,3%	10,3	4,6	124,2%
Serviços de terceiros	24,3	21,9	11,0%	50,5	44,2	14,3%
Seguros, poder concedente e locações	4,1	4,5	-8,3%	9,3	9,6	-3,7%
Outros	3,7	4,5	-18,0%	7,9	9,5	-16,2%
Custos caixa	**45,1**	**42,0**	**7,4%**	**96,3**	**88,0**	**9,5%**
Depreciação e amortização	29,4	36,2	-18,6%	61,2	71,3	-14,2%
Provisão para manutenção	6,2	9,0	-31,5%	13,0	18,0	-27,9%
Custo de construção de obras	21,1	45,3	-53,5%	50,5	78,7	-35,8%
TOTAL	**101,8**	**132,5**	**-23,2%**	**221,0**	**256,1**	**-13,7%**

- ✓ **Pessoal:** redução de 11,9% devido, principalmente, à redução salarial e jornada de trabalho nos meses de maio e junho de 2020 de acordo com a adesão à Lei nº 14.020;
- ✓ **Conservação e manutenção:** aumento de R$2,9 milhões em função do incremento de gastos com conservação vegetal, material de pavimento e sinalização horizontal;
- ✓ **Serviços de terceiros:** aumento de 11,0% devido, principalmente, aos serviços de consultorias administrativas, financeiras, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de compras corporativas e de engenharia prestados pela ECS;
- ✓ **Seguros, poder concedente e locações:** redução de 8,3% devido principalmente, à redução da parcela variável paga ao poder concedente relacionada ao percentual do faturamento;
- ✓ **Outros:** redução de 18% devido à redução de gastos com energia elétrica, combustíveis e estorno de provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- ✓ **Depreciação e amortização:** redução de 18,6% devido a menor base de ativos concluídos da concessão;

Comentário do Desempenho

- ✓ **Provisão para manutenção:** redução de R$2,8 milhões devido a revisão do cronograma de obras futuras;
- ✓ **Custos de construção:** redução de 53,5% devido, principalmente, ao menor volume de obras do aditivo contratual na entrada de Santos.

EBITDA

O EBITDA pró-forma, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R$146,3 milhões no 2T20, com margem EBITDA pró-forma de 76,4%. O EBITDA, no 2T20, foi de R$140,1 milhões (margem EBITDA de 65,9%).

EBITDA (em milhões de R$)	2T20	2T19	Var.	1S20	1S19	Var.
Lucro líquido	74,7	70,4	6,2%	162,8	159,8	1,9%
Depreciação e amortização	29,4	36,2	-18,6%	61,2	71,3	-14,2%
Resultado Financeiro	(0,1)	23,1	-100,6%	25,5	46,4	-44,9%
Imposto de renda e contribuição social	36,0	33,2	8,5%	78,9	75,9	3,9%
Receita de Construção	21,1	45,3	-53,5%	50,5	78,7	-35,8%
Custo de Construção	(21,1)	(45,3)	-53,5%	(50,5)	(78,7)	-35,8%
EBITDA [1]	**140,1**	**162,9**	**-14,0%**	**328,3**	**353,3**	**-7,1%**
Margem EBITDA [1]	**65,9%**	**63,2%**	**2,7 p.p.**	**67,3%**	**65,9%**	**1,4 p.p.**
Provisão para manutenção [2]	6,2	9,0	-31,5%	13,0	18,0	-27,9%
EBITDA Pró-Forma [3]	**146,3**	**171,9**	**-14,9%**	**341,3**	**371,4**	**-8,1%**
Margem EBITDA Pró-Forma [3]	**76,4%**	**81,0%**	**-4,6 p.p.**	**78,0%**	**81,1%**	**-3,1 p.p.**

[1] Cálculo realizado de acordo com a instrução CVM 527/2012.
[2] A provisão para manutenção é ajustada, pois se refere a estimativa de gastos futuros com manutenção periódica na rodovia.
[3] Exclui receita e custo de construção e provisão de manutenção.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido no 2T20 foi positivo em R$0,1 milhão, redução de R$23,2 milhões devido, principalmente, à variação monetária positiva sobre as debêntures em função da deflação do IPCA no período de mar/20 a mai/20 quando comparado com o periodo de mar/19 a mai/19.

Resultado Financeiro (em milhões de R$)	2T20	2T19	Var.	1S20	1S19	Var.
Juros sobre debêntures	(10,3)	(11,9)	-13,4%	(22,8)	(25,0)	-8,8%
Juros sobre arrendamentos	(0,1)	(0,3)	-65,6%	(0,2)	(0,7)	-69,3%
Variação monetária sobre debêntures	9,4	(15,0)	-162,5%	(7,3)	(29,8)	-75,5%
Amortização de custos sobre debêntures	(0,9)	(0,7)	31,8%	(1,9)	(1,8)	2,7%
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção	(1,7)	(2,2)	-21,7%	(3,5)	(4,3)	-19,5%
Receitas de aplicações financeiras	0,5	2,4	-78,4%	2,0	5,8	-64,7%
Outros efeitos financeiros	3,2	4,5	-29,8%	8,1	9,5	-14,6%
TOTAL	**0,1**	**(23,1)**	**-100,6%**	**(25,5)**	**(46,4)**	**-44,9%**

Lucro líquido

O lucro líquido totalizou R$74,7 milhões no 2T20, aumento de 6,2% em relação ao 2T19.

Comentário do Desempenho

Endividamento

A Ecovias dos Imigrantes encerrou junho de 2020 com saldo distribuído entre caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo no valor de R$29,8 milhões e endividamento bruto (composto por debêntures, arrendamento mercantil e obrigações com o poder concedente) de R$990,4 milhões. A dívida líquida encerrou o trimestre em R$954,3 milhões e o indicador de Dívida Líquida/EBITDA Pró-forma em 1,3x. Para mais informações do endividamento da Companhia, vide Notas Explicativas nº 11, 12 e 15 .

Endividamento (em milhões de R$)	30/06/2020	31/12/2019	Var.
Curto Prazo	**5,9**	**174,7**	**-96,6%**
Debêntures	5,9	174,7	-96,6%
Longo Prazo	**978,2**	**971,3**	**0,7%**
Debêntures	978,2	971,3	0,7%
Dívida Bruta	**984,1**	**1.145,9**	**-14,1%**
Obrigações com Poder Concedente	1,1	1,5	-25,5%
Arrendamento a Pagar	5,2	0,6	n.m.
Endividamento Bruto	**990,4**	**1.148,1**	**-13,7%**
Caixa e equivalentes de caixa + Aplic. Financeiras	29,8	94,5	-68,5%
Endividamento Líquido	**960,6**	**1.053,5**	**-8,8%**
Dívida Líquida[1]	**954,3**	**1.051,4**	**-9,2%**

[1] Exclui obrigações com Poder Concedente e Arrendamentos a pagar

Capex

O Capex realizado pela Ecovias dos Imigrantes totalizou R$24,8 milhões no 2T20. Os principais investimentos realizados foram em obras contratuais, principalmente, as obras do aditivo contratual na entrada de Santos.

CAPEX (em milhares de R$)	2T20			1S20		
	Intangivel/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	Intangivel/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total
Ecovias dos Imigrantes	23,1	1,7	24,8	53,8	5,0	58,8

Relacionamento com os auditores independentes

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a PricewhaterhouseCoopers Auditores Independentes foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2020: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity)*. Os honorários relativos ao exercício de 2020 totalizaram R$207,8 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria independente.

******

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS DE SEIS E TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Ecovias" ou "Companhia") iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objetivo social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia dos Imigrantes, km 28,5.

A exploração da concessão tinha prazo inicial de 20 anos sendo, posteriormente postergado por mais 96 meses e 4 dias, mediante a cobrança de pedágios, a concessão consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, recuperação das rodovias existentes, construções de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios. O contrato de concessão possui vigência em junho de 2026. As demais informações acerca do contrato de concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 16.

A conclusão e emissão destas demonstrações financeiras para o período findo em 30 de junho de 2020 foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 23 de julho de 2020.

a) IMPACTOS COVID-19

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde ("OMS") declarou, que o surto da doença causada pelo novo coronavírus ("COVID-19") constituía uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional.

Em 11 de março de 2020, a OMS declarou o surto de COVID-19 como uma pandemia. Os governos passaram a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, que têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo.

As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação do COVID-19 possam provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

Com o objetivo de auxiliar as empresas na mitigação dos efeitos da pandemia, o Governo publicou através de decretos e medidas provisórias diversas medidas de auxílio econômico e financeiro. A maior parte dessas medidas, tem caráter temporário e servirão para mitigar os impactos da pandemia para os próximos meses.

Notas Explicativas

A Companhia adotou as seguintes medidas:

- Postergação do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço ("FGTS"), conforme previsto nos artigos 19 e 20 da Medida Provisória nº 927, publicada em 22 de março de 2020, referente às competências de março, abril e maio, que deverão ser pagos a partir de julho/2020 e poderão ser parcelados em até seis (6) vezes, de julho até dezembro/2020;

- Adesão da Medida Provisória nº 936, publicada em 01 de abril de 2020, convertida na Lei nº 14.020, publicada em 7 de julho de 2020, com redução salarial e jornada de trabalho em até 40% nos meses de maio e junho de 2020;

- Redução das alíquotas das contribuições aos serviços sociais autônomos (Sistema S) no período compreendido entre abril e junho de 2020, conforme previsto na Medida Provisória nº 932, publicada em 31 de março de 2020;

- Utilização do fundo inominado da Previdência Privada para pagar as faturas do benefício de maio a agosto de 2020;

- Postergação do recolhimento do Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") relativos à competência março e abril para os meses de setembro e outubro/2020, respectivamente, conforme portaria nº 139 do Ministério da Economia publicada em 3 de abril de 2020; e

- Postergação do recolhimento do Imposto Sobre Serviços ("ISS") em conformidade com os decretos divulgados de cada município.

A Administração da Companhia não pode prever a extensão e a duração das medidas adotadas pelo governo no país, portanto, não pode prever todos os impactos diretos e indiretos da COVID-19 nos resultados operacionais e condição financeira, incluindo:

- desempenho da demanda de tráfego de veículo de passeio e comercial;

- o impacto nos custos ou no acesso a capital e recursos de financiamento e na capacidade de cumprir os *covenants* dos contratos de crédito; e

- incorrerá em contingências relevantes relacionadas à COVID-19.

No entanto, com base nas incertezas mencionadas acima, a Companhia vem monitorando a evolução da pandemia causada pelo COVID-19. A controlada indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística ("EIL") criou comitês de crise, incluindo pessoas chaves para monitorar, analisar e decidir as ações para minimizar os impactos, garantindo a continuidade das operações e promovendo principalmente a saúde e segurança para todos os colaboradores envolvidos em suas operações, bem como a adoção do trabalho remoto para todos os funcionários que possam realizar suas atividades fora das instalações da Companhia.

O Grupo EcoRodovias vem contando com empresas parceiras para ação de apoio aos caminhoneiros. Estas empresas parcerias juntaram-se as concessionárias para ampliar o atendimento que já vinha sendo feito aos caminhoneiros desde o início da pandemia, a ação conta com distribuição de marmitas, entrega de kits de higiene contendo sabonete, álcool gel, luvas e máscaras de proteção, e doação de alimentos não perecíveis.

Os itens têm sido entregues nas bases de atendimento aos usuários, postos policiais e em postos de serviço instalados ao longo das rodovias

Notas Explicativas

As ações e decisões são constantemente analisadas pela Administração e pelos comitês, de acordo com a evolução dos cenários globais.

Na data base de 30 de junho de 2020, a Companhia realizou teste de *impairment* (Vide Nota Explicativa 10) e não identificou impacto nos resultados.

2. BASE DE ELABORAÇÃO, APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas e apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "*Interim Financial Reporting*", emitida pelo "*International Accounting Standards Board - IASB*" e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela CVM.

As ITRs devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (doravante denominadas de "Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019"), publicadas no dia 28 de fevereiro de 2020 nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e Diário do Grande ABC e disponibilizadas por meio dos seguintes websites: www.cvm.gov.br e www.ecorodovias.com.br.

3. OVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

As normas, alterações e interpretações existentes com a adoção inicial em 1º de janeiro de 2020 não tem impacto relevante sobre as informações contábeis intermediárias da Companhia.

4. ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativa de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, não houve alterações nas estimativas e premissas que apresentassem um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis dos ativos e passivos para o exercício social corrente, em relação àquelas detalhadas nas demonstrações financeiras anuais.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2020	31/12/2019
Caixa e bancos	2.525	3.956
Aplicações financeiras:	-	-
Fundo de investimento	26.272	66.815
Aplicações automáticas	741	17.296
	29.538	88.067

Em 30 de junho de 2020, não houve alterações significativas em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Notas Explicativas

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	30/06/2020	31/12/2019
Recursos não vinculados	274	6.474
	274	6.474

Em 30 de junho de 2020, não houve alterações significativas em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

7. CLIENTES

	30/06/2020	31/12/2019
Pedágio eletrônico	48.255	52.350
Receitas acessórias	2.504	2.959
Outras contas a receber	2.068	1.667
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa – PECLD	(525)	(1.101)
	52.302	55.875

O "*aging list*" das contas a receber está assim representado:

	30/06/2020	31/12/2019
A vencer	52.032	52.701
Vencidos:		
Até 30 dias	124	1.534
De 31 a 90 dias	133	1.572
De 90 a 120 dias	13	68
Acima de 120 dias	525	1.101
	52.827	56.976

A movimentação das perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	30/06/2020	30/06/2019
Saldo no início do período	1.101	775
Valores recuperados e baixados	(765)	(4)
Constituição de PECLD	189	239
Saldo no fim do período	525	1.010

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A natureza dos depósitos judiciais são:

	30/06/2020	31/12/2019
Natureza		
Cível	3.737	3.717
Tributário	5.357	5.343
Trabalhista	5.888	5.782
Meio Ambiente	61.348	60.425
Desapropriações	16	16
	76.346	75.283

Notas Explicativas

9. IMOBILIZADO

	Hardwares	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Terrenos	Veículos	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0%	10,0%	10,0%	-	25,0%	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	2,4%	5,3%	3,9%	-	0,4%	-
CUSTO						
Saldos em 31/12/2019	114.303	21.169	6.897	3.304	5.057	150.730
Adições	1.752	201	1	-	-	1.954
Transferência	263	(1)	-	-	-	262
Saldos em 30/06/2020	116.318	21.369	6.898	3.304	5.057	152.946
DEPRECIAÇÃO						
Saldos em 31/12/2019	(107.587)	(16.422)	(5.712)	-	(5.018)	(134.739)
Adições	(1.375)	(561)	(135)	-	(10)	(2.081)
Transferência	(6)	-	-	-	-	(6)
Saldos em 30/06/2020	(108.968)	(16.983)	(5.847)	-	(5.028)	(136.826)
RESIDUAL						
Em 30/06/2020	7.350	4.386	1.051	3.304	29	16.120
Em 31/12/2019	6.716	4.747	1.185	3.304	39	15.991

Em 30 de junho de 2020 não havia bens do ativo imobilizado vinculadas como garantia de qualquer natureza.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis no período findo em 30 de junho de 2020.

Notas Explicativas

10. INTANGÍVEL

	Contratos de concessão (i)	Intangível em andamento (iii)	*Softwares* de terceiros	Direito de uso - CPC06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %	-	-	20,0%	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %	(ii)	-	5,12%	-	-
		Custo			
Saldos em 31/12/2019	2.633.271	221.740	9.962	1.813	2.866.786
Adições	379	50.835	621	-	51.835
Baixa	(727)	(1)	-	-	(728)
Transferência	104.591	(104.853)	-	-	(262)
CPC06(R2)	-			6.055	6.055
Saldos em 30/06/2020	2.737.514	167.721	10.583	7.868	2.923.686
		Amortização			
Saldos em 31/12/2019	(1.552.375)	-	(8.788)	(1.387)	(1.562.550)
Adições	(57.300)	-	(263)	(1.513)	(59.076)
Transferência	6	-	-	-	6
Saldos em 30/06/2020	(1.609.669)	-	(9.051)	(2.900)	(1.621.620)
		Residual			
Saldos em 31/12/2019	1.080.896	221.740	1.174	426	1.304.236
Saldos em 30/06/2020	1.127.845	167.721	1.532	4.968	1.302.066

(i) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária e Direito de Outorga. Em 30 de junho de 2020, as principais adições nesta rubrica referem-se a: serviços de contenção das encostas.

(ii) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso, método que reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas médias de amortização em 30 de junho de 2020 foram 4,19% a.a. (5,11% a.a. em 30 de junho de 2019).

(iii) As principais adições na rubrica "Intangível em Andamento" no período findo em 30 de junho de 2020 referem-se a: passarelas e interligação entre margens do projeto básico viário, consultorias de conservação e recuperação e ampliação de apoio às obras e serviços de pavimentação no SAI.

No período findo em 30 de junho de 2020, foram capitalizados R$3.456 referentes a encargos financeiros (R$1.484 em 30 de junho de 2019) de financiamentos vinculados a intangível em andamento. A taxa média de capitalização para o período findo em 30 de junho de 2020 é de 16,69%a.a. custos dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures (7,81%a.a. para o período findo em 30 de junho de 2019).

Em 30 de junho de 2020, a Companhia avaliou os fatores internos e externos, principalmente aos fatores relacionados a Pandemia do COVID-19, que indicassem que os ativos intangíveis pudessem apresentar valores contábeis inferiores aos seus valores recuperáveis. Os principais fatores externos compreendem, substancialmente histórico e projeção de PIB, correlação das projeções de tráfego com PIB, histórico de geração de caixa e lucratividade da Companhia e principalmente, os efeitos da pandemia do COVID-19. A Companhia realizou teste de *impairment*, considerando uma revisão orçamentária, principalmente com os impactos do COVID-19, utilizando uma taxa de desconto de 8,39% e não identificou impactos no resultado.

Notas Explicativas

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

a) Tributos diferidos

	Balanço patrimonial				Resultado
	31/12/2019	Adições	Baixas	30/06/2020	30/06/2020
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	4.742	474	-	5.216	474
Provisão para manutenção	29.557	5.612	(1.687)	33.482	3.925
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	195	-	(142)	53	(142)
Efeito Lei nº12.973/14 - extinção RTT	(14.905)	-	1.296	(13.609)	1.296
Juros capitalizados	(2.472)	(1.175)	71	(3.576)	(1.104)
Outros	32	24	-	56	24
IR e CS diferido - ativo/(passivo)	17.149	4.935	(462)	21.622	
Receita (despesas) de IR e CS diferido					4.473

(i) Em atendimento ao CPC 32 Tributos sobre o Lucro item 73, registramos R$21.622 no ativo não circulante.

b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social

	30/06/2020	30/06/2019
Lucro do período antes do imposto de renda e da contribuição social	241.613	235.672
Alíquota fiscal vigente	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(82.148)	(80.128)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:		
Gratificações/PPR diretores	(55)	(49)
Juros sobre capital próprio	3.087	4.066
Despesas indedutíveis	(6)	(4)
Incentivos fiscais (PAT)	288	264
Outros	(17)	(64)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(78.851)	(75.915)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(83.324)	(82.075)
Impostos diferidos	4.473	6.160
Taxa efetiva	32,6%	32,2%

Provisão para Imposto de renda e contribuição social

	30/06/2020	30/06/2019
Saldo no início do período provisão IR/CS	9.201	23.945
Despesa IR/CS DRE	83.324	82.075
Total de IR/CS pagos	(76.467)	(90.731)
Saldo no fim do período provisão IR/CS	16.058	15.289

Notas Explicativas

12. DEBÊNTURES

	30/06/2020	30/06/2019
Saldo no início do período	1.145.941	1.244.376
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 21)	31.964	56.602
Pagamento principal	(99.910)	(140.983)
Pagamento de juros	(93.906)	(51.386)
Saldo no fim do período	984.089	1.108.609
Circulante	5.857	-
Não circulante	978.232	-

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	30/06/2020			31/12/2019		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2021	-	(1.172)	(1.172)	-	(2.885)	(2.885)
2022	327.677	(2.065)	325.612	325.922	(2.065)	323.857
2023	327.677	(1.200)	326.477	325.922	(1.200)	324.722
2024	327.746	(431)	327.315	325.994	(431)	325.563
	983.100	(4.868)	978.232	977.838	(6.581)	971.257

A Companhia possui contratos com cláusulas ("*covenants*") atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Emissão	Descrição da cláusula	Índice requerido	Atingido
2ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤3,5 x	1,28
	Ebitda ajustado/Despesa financeira líquida	>2,0x	15,13

A Companhia está adimplente com todas as cláusulas restritivas do referido contrato.

13. ARRENDAMENTOS A PAGAR

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	30/06/2020	31/12/2019
Obrigações brutas de arrendamentos – pagamentos mínimos de arrendamento:	5.230	602
Circulante	3.289	360
Não circulante	1.941	242

Notas Explicativas

14. PARTES RELACIONADAS

		Ativo		Passivo	Resultado		
Companhia	Natureza	Circulante	Não circulante	Circulante	Receita	Custo	Despesas
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	Controladora	51	370.101	6.529	6.921	24.230	16.562
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	Outras partes relacionadas	-	-	20	-	-	-
CBB Ind.e Com.de Asfaltos e Engenh.Ltda.	Outras partes relacionadas	-	2.496	340	-	-	-
TB Transportadora Betume Ltda.	Outras partes relacionadas	-	176	19	-	-	-
Consórcio Binário Porto de Santos	Outras partes relacionadas	-	32.312	3.120	-	-	-
Consórcio PSG.	Outras partes relacionadas	-	389	-	-	-	-
Consórcio Baixada Santista	Outras partes relacionadas	-	1.286	-	-	-	-
Total em 30 de junho de 2020		51	406.760	10.028	6.921	24.230	16.562
Total em 31 de dezembro de 2019		163	472.523	12.863			
total em 30 de junho de 2019					11.247	23.311	11.815

No período findo em 30 de junho de 2020, houve a renovação do contrato com a controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., que presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor atual do contrato com a ECS é de R$89.488, com vigência até 31 de dezembro de 2020.

Em 30 de junho de 2020, a Companhia não tinha concedido aval a nenhuma parte relacionada.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia.

Em 30 de junho de 2020, foram pagos e provisionados aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2020 em R$1.309 (R$1.726 em 31 de dezembro de 2019).

Notas Explicativas

15. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

	31/12/2019	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	30/06/2020
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº20)	566.233	17.802	-	-	584.035
Efeito do valor presente sobre constituição (vide Nota Explicativa nº20)	(101.602)	(4.798)	-	-	(106.400)
Realização da manutenção	(451.281)	-	(4.961)	-	(456.242)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 21)	73.583	-	-	3.501	77.084
	86.933	13.004	(4.961)	3.501	98.477
Circulante	23.442				33.205
Não circulante	63.491				65.272

16. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE

	30/06/2020	30/06/2019
Saldo no início do período	1.507	1.482
Custo (vide Nota Explicativa nº 20)	7.192	7.540
Pagamento do principal	(7.576)	(7.874)
Saldo no final do período	1.123	1.148

A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 30 de junho de 2020, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

	Previsão até o fim da concessão	
	30/06/2020	31/12/2019
Natureza dos custos		
Melhorias na infraestrutura	520.480	117.366
Conservação especial (manutenção)	102.577	107.991
Equipamentos	53.673	54.398
Total	676.730	279.755

Outras informações sobre o contrato de concessão

Em 06 de 2020, conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia nessa data, a Concessionária Ecovias do Imigrantes S.A. ("Ecovias") celebrou acordo de não persecução cível ("ANPC") com o MPSP. O ANPC foi celebrado no âmbito e com vistas à resolução consensual dos objetos dos inquéritos civis PJPP-CAP nº 1.071/2014, 295/2018 e 489/2018, da Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Capital de São Paulo.

Nos termos do ANPC, a Ecovias arcará com o valor de R$638 milhões, que será destinado conforme decidido entre o MPSP, Secretaria de Estado de Logística e Transportes de São Paulo e a Ecovias, dos quais R$ 38 milhões serão pagos pela Companhia. Adicionalmente, o ANPC contém outras disposições e R$12 milhões adicionais decorrentes de outras obrigações que também serão arcados pela Companhia. Os valores relacionados as obras que serão incluídas no âmbito do contrato de concessão da Ecovias serão contabilizados de acordo com as normas internacionais de contabilidade.

Notas Explicativas

Em contrapartida, visando à manutenção das atividades da Ecovias e o interesse público, haverá o encerramento, por parte do MPSP, dos procedimentos e das discussões, sejam de natureza cível, administrativa ou sancionatória, inclusive em relação a atos de improbidade administrativa, contra a Ecovias e outras empresas do Grupo Ecorodovias, para evitar que sejam aplicadas novas sanções à Ecovias e outras empresas do Grupo Ecorodovias com base nos fatos e informações coletadas pelo MPSP.

Atualmente aguarda-se a homologação do ANPC perante o Conselho Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo ("CSMP"). Após a homologação pelo CSMP, será também levado para homologação por uma das Varas da Fazenda Pública da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

Adicionalmente, a Ecovias tem direito a desequilíbrios contratuais, que usualmente são compensados por meio de extensão de prazo contratual, os quais suportarão a amortização do intangível após a sua entrada em operação, esperada de 5 a 8 anos. As negociações envolvendo (i) passivos regulatórios no âmbito do seu Contrato de Concessão decorrentes de desequilíbrios econômico-financeiros devidamente apurados e incontroversos; e (ii) possível inclusão de novos investimentos de interesse público junto ao Poder Concedente estão em fase avançada.
Os registros contábeis estão a seguir:

- A obrigação de multas foi contabilizada na data da assinatura do acordo atualizada a valor presente no montante de R$46.944;
- A obrigação e obras será reconhecida ao ativo intangível conforme sua execução, em contrapartida à receita de construção; e
- A obrigação de desconto será reconhecida conforme o mesmo for concedido aos usuários, conforme IFRS15 Contrato de receita.

17. PROVISÃO PARA PERDAS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Tributárias (c)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	67.882	3.539	5.524	76.945
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	829	609	-	1.438
(-) Pagamentos	(467)	(40)	-	(507)
(+) Atualização monetária	1.198	231	5	1.434
Saldos em 31 de março de 2020	69.442	4.339	5.529	79.310

(a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outros processos de natureza cível que totalizam, em 30 de junho de 2020 R$60.485 (R$65.662 em 31 de dezembro de 2019), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

(b) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processo de valor individual relevante. Em 30 de junho de 2020, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R$8.842 (R$15.918 em 31 de dezembro de 2019), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela

Notas Explicativas

Administração; portanto, sem constituição de provisão.

(c) Processos tributários

O valor provisionado corresponde principalmente a diferenças de alíquotas e bases de cálculo de tributos recolhidos. Em 30 de junho de 2020, existem também outros processos de natureza tributária que totalizam R$39.674 (R$38.148 em 31 de dezembro de 2019), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social e reservas de capital

Para o período findo em 30 de junho de 2020, a Companhia não apresentou movimentações de capital social e reservas de capital.

b) Reservas de lucros

Em 15 de abril de 2020 foi aprovada na Assembleia Geral Ordinária a destinação do lucro de 2019 da Companhia, sendo transferido o valor de R$196.903 da rubrica "Dividendos Adicionais Propostos" para a rubrica "Dividendos a pagar" no passivo circulante.

c) Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio

No período findo em 30 de junho de 2020, foram pagos R$81.663 à títulos de dividendos e juros sobre o capital próprio, sendo: (i) R$80.300 de dividendos remanescentes do exercício 2019; e (ii) R$1.363 de IRRF referentes aos Juros Sobre o Capital próprio do exercício 2020.

Notas Explicativas

19. RECEITA LÍQUIDA

	Três meses findo em		Seis meses findo em	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Receita com arrecadação de pedágio:				
Pedágio em numerário	48.307	70.421	132.701	165.259
Pedágio por equipamento eletrônico	129.505	133.535	286.117	279.484
Vale-pedágio	19.119	17.588	35.135	34.417
Outras	84	26	280	44
	197.015	221.570	454.233	479.204
Receita de construção	21.062	45.301	50.514	78.724
Receitas acessórias	12.372	10.949	25.162	21.919
Receita bruta	230.449	277.820	529.909	579.847
Deduções de receita bruta	(18.040)	(20.135)	(41.760)	(43.301)
Receita líquida	212.409	257.685	488.149	536.546

	Três meses findo em		Seis meses findo em	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Base de cálculo de impostos				
Receitas com arrecadação de pedágio	197.015	221.570	454.233	479.204
Receitas acessórias	12.372	10.949	25.162	21.919
	209.387	232.519	479.395	501.123
Deduções				
Cofins (3%)	(6.282)	(6.976)	(14.382)	(15.034)
PIS (0,65%)	(1.361)	(1.511)	(3.116)	(3.257)
ISS (2% a 5%)	(10.382)	(11.602)	(23.791)	(24.951)
Abatimentos	(15)	(46)	(471)	(59)
	(18.040)	(20.135)	(41.760)	(43.301)

Notas Explicativas

20. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	Três meses findo em		Seis meses findo em	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Pessoal	8.040	9.127	18.306	20.112
Conservação e manutenção e outros	4.932	1.994	10.340	4.612
Serviços de terceiros (*)	24.300	21.883	50.482	44.157
Seguros	839	874	1.690	1.754
Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº16)	3.141	3.511	7.192	7.540
Provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 15)	6.182	9.024	13.004	18.048
Custo de construção de obras	21.062	45.301	50.514	78.724
Depreciações e amortizações (Vide Nota Explicativa nº 9 e nº 10)	29.445	36.156	61.157	71.307
Locação de imóveis, máquinas e empilhadeiras	167	137	394	336
Outros custos e despesas operacionais	3.663	4.468	7.938	9.466
	101.771	132.475	221.017	256.056
Classificados como:				
Custo dos serviços prestados	86.833	119.670	188.447	234.156
Despesas gerais e administrativas	14.938	12.805	32.570	21.900
	101.771	132.475	221.017	256.056

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros.

21. RESULTADO FINANCEIRO

	Três meses findo em		Seis meses findo em	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	515	2.382	2.041	5.782
Variação monetária sobre debêntures	9.401	1.242	12.871	1.242
Variação monetária créditos fiscais	374	718	977	1.266
Juros ativos sobre debêntures privadas	2.870	5.636	6.762	11.094
Outras receitas financeiras	27	9	47	14
	13.187	9.987	22.698	19.398
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures	(10.289)	(11.887)	(22.771)	(24.959)
Variação monetária sobre debêntures	-	(16.289)	(20.183)	(31.053)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(870)	(660)	(1.881)	(1.832)
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção e para construção de obras futuras	(1.702)	(2.175)	(3.501)	(4.349)
Variação monetária sobre obrigações fiscais e trabalhistas	(541)	(1.344)	(1.434)	(1.864)
Juros sobre arrendamentos CPC06 (R2)	(97)	(282)	(208)	(678)
Juros Capitalizados	1.567	273	3.456	1.484
Pis/Cofins s/outras receitas financeiras	(613)	-	(1.055)	-
Outras	(509)	(769)	(649)	(2.505)
	(13.054)	(33.133)	(48.226)	(65.756)

Notas Explicativas

22. LUCRO POR AÇÃO

a) Lucro básico por ação

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usada no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	30/06/2020	30/06/2019
Lucro do período atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico e diluído por ação	162.762	159.757
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico e diluído por ação	270.386	270.386
Lucro básico e diluído por ação das operações continuadas	0,60	0,59

b) Lucro diluído por ação

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua diluição pelo plano de opção de ações, pois o plano de opção é da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A..

23. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados.

Índices de endividamento

	30/06/2020	31/12/2019
Dívida (a)	990.442	1.148.050
Caixa, equivalentes de caixa	(29.538)	(88.067)
Dívida líquida	960.904	1.059.983
Patrimônio líquido (b)	517.230	560.450
Índice de endividamento líquido	1,86	1,89

(a) A dívida é definida como debêntures, arrendamentos a pagar e obrigações com Poder Concedente, conforme detalhado nas Notas Explicativas nos 12, 13 e 16.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos

Notas Explicativas

percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como custo amortizado.

- Aplicações financeiras: são formadas por fundos de investimentos em renda, remunerados a taxa média ponderada de 98,1% do CDI em 30 de junho de 2020, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços (98,0% do CDI em 31 de dezembro de 2019).
- Clientes e fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Debêntures, arrendamentos a pagar e obrigações com Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, mensurados pelo custo amortizado.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábil e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 30 de junho de 2020 são como segue:

	Classificação	Saldo contábil	Valor justo
Ativos:			
Caixa e bancos (ii)	Valor justo através do resultado	2.525	2.525
Clientes (i)	Custo amortizado	52.302	52.302
Aplicações financeiras (ii)	Valor justo através do resultado	27.287	27.287
Passivos:			
Fornecedores (i)	Custo amortizado	3.821	3.821
Debêntures (iii)	Custo amortizado	984.089	984.089
Arrendamentos a Pagar (iii)	Custo amortizado	5.230	5.230
Obrigações com Poder Concedente (iii)	Custo amortizado	1.123	1.123
Phantom Stock Option/Restricted Stock (iv)	Custo amortizado	134	134

(i) Os saldos das rubricas "Clientes" e "Fornecedores" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.

(ii) Os saldos de caixa e bancos, aplicações financeiras aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços.

(iii) As debêntures, arrendamentos a pagar e obrigações com Poder Concedente estão registrados ao custo amortizado na data do balanço.

(iv) O valor do *Phantom Stock Option/Restricted Stock* está registrado na rubrica obrigações sociais e trabalhistas.

Notas Explicativas

Gestão de riscos

A estratégia de gestão de riscos busca proteger a Companhia de riscos relevantes:

Risco	Subcategoria
Estratégico	Político, fusões e aquisições, poder concedente/contratual, concorrência;
Operacional	*Capex*, desastres naturais, processos, segurança rodoviária, segurança patrimonial, tráfego, condições climáticas, saúde e segurança, meio ambiente, engenharia, tecnologia da informação, tecnologia de automação e infraestrutura;
Financeiro	Índices financeiros, crédito, liquidez e câmbio;
Compliance	Ética empresarial, regulamentação, normas internas e casos de não conformidade; e
Reputacional	Imagem, credibilidade e reputação.

No Grupo Ecorodovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio das abordagens Nível Macro (Gestão Holística e Estratégica) e Nível Micro (Gestão individualizada e Operacional).

A estratégia formulada pelo Grupo Ecorodovias para efetivar a Gestão de Riscos está fundamenta no princípio de que esta se apoia em dois pilares essencialmente diferentes e complementares:

• Gestão holística, que visa a compreensão integral dos riscos, ou seja, considera o potencial impacto de todos os tipos de risco sobre todos os processos; e

• Gestão individualizada, que contempla o conjunto de ações gerenciais voltadas à identificação, análise, validação, tratamento e monitoramento de um determinado tipo de risco.

A Gestão Holística - Nível Macro - tem foco estratégico e é executado na esfera da Alta Direção onde se concentram as alçadas, as informações e os recursos necessários para análise e tomada de decisão. A metodologia empregada neste nível de gestão de riscos tende a variar segundo o setor de atuação e a estrutura organizacional existente, sendo assim desenvolvida internamente.

A Gestão Individualizada - Nível Micro - tem caráter operacional e é realizado predominantemente por demais colaboradores da empresa no seu cotidiano, através de medidas pautadas por ações preventivas frente às possíveis ameaças.

Com relação a avaliação de riscos consideramos a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos.

As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: Imagem, Estratégico, Operacional, Financeiro, *Compliance* e Reputacional.

No Grupo Ecorodovias efetuamos a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão dos riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo:

Notas Explicativas

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco de taxa de juros.

(i) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de crédito

Instrumentos financeiros, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 30 de junho de 2020, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R$32.871 (R$38.424 em 31 de dezembro de 2019), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros efetiva	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Debêntures	IPCA + 4,28% a.a.	51.673	384.146	376.223	367.982
		51.673	384.146	376.223	367.982

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo o valor do passivo em aberto no fim do período.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI e do IPCA, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia:

		Juros a incorrer		
Operação	Risco	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Juros de aplicações financeiras (a)	Alta do CDI	750	938	1.125
Juros sobre debêntures (b)	Alta do IPC-A	(52.930)	(55.553)	(54.178
Juros a incorrer, líquidos		(52.180)	(54.615)	(53.053)

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicador	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
CDI (a)	3,60%	4,50%	5,40%
IPC-A (b)	3,80%	4,75%	5,70%

Fonte: Relatório da Consultoria 4E – Junho/2020.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

24. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota Explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa.

c) Transações que não envolvem caixa

No período findo em 30 de junho de 2020, a Companhia realizou as atividades de investimento, abaixo destacadas, que não envolveram caixa. Portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Transação	30/06/2020
Direito de uso – CPC06 (R2)	6.055

Notas Explicativas

25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e de receitas acessórias relacionadas a exploração da rodovia e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de seis meses findo nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins do IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada em todos aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria das cifras do ano anterior

As Informações Trimestrais (ITR) mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao resultado, resultado abrangente, mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado do trimestre findo em 30 de junho de 2019, obtidas das informações trimestrais (ITR) daquele trimestre, e aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019, obtidas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins de comparação. A revisão das Informações Trimestrais (ITR) do trimestre findo em 30 de junho de 2019 e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de revisão e de auditoria com datas de 23 de julho de 2019 e 21 de fevereiro de 2020, respectivamente, sem ressalvas.

São Paulo, 29 de julho de 2020

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Orlando

Contador CRC 1SP217518/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das informações trimestrais da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. referentes ao período de seismeses findo em 30 de junho de 2020, bem como o relatório sem ressalvas da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, a Diretoria aprovou as informações trimestrais em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

• Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao período de seismeses findo em 30 de junho de 2020.

Rui Juarez Klein

Diretor Presidente

Ronald Dennis Marangon

Diretor Superintendente e Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das informações trimestrais da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. referentes ao período de seismeses findo em 30 de junho de 2020, bem como o relatório sem ressalvas da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, a Diretoria aprovou as informações trimestrais em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

• Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes; e

Rui Juarez Klein

Diretor Presidente

Ronald Dennis Marangon

Diretor Superintendente e Diretor de Relações com Investidores